



**PAUTA
PARA A 49ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 19 DE ABRIL DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 11, de 2017, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Altera o artigo 10 da Lei Complementar nº 709, de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.

2 - Projeto de lei nº 210, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Torna dispensável a exigência pelo Poder Público Estadual de autenticação em cartório de cópia de documentos pessoais.

3 - Projeto de lei nº 211, de 2017, de autoria do deputado Cássio Navarro. Dispõe sobre a criação do Plano de Ação de Emergências contra os efeitos da ressaca no litoral do Estado.

4 - Projeto de lei nº 212, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Altera a Lei nº 4.095, de 1984, que declara Área de Proteção Ambiental - APA, a região urbana e rural de Jundiaí.

5 - Moção nº 27, de 2017, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Manifesta veemente protesto e repúdio contra a aprovação da proposta de reforma trabalhista que vai extinguir os direitos conquistados e implicará na desregulamentação do sistema civilizatório trabalhista do nosso país, constituído há séculos, fruto de lutas e resistências da classe trabalhadora, e conclama o Congresso Nacional para que rejeite a proposta.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 4, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Acresce dos §§ 4º, 5º e 6º o artigo 83 da Resolução nº 576, de 1970.

2 - Projeto de lei nº 200, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender aos fins a que se destina.

3 - Projeto de lei nº 201, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Proíbe a cobrança de valores adicionais a alunos com deficiência, no Estado.

4 - Projeto de lei nº 202, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Institui a Política permanente de prevenção à violência contra profissionais da educação da rede pública de ensino do Estado.

5 - Projeto de lei nº 203, de 2017, de autoria do deputado Caio França. Cria o sistema de ajuda de custo aos donatários dos cães e cavalos reformados da Polícia Militar do Estado.

6 - Projeto de lei nº 204, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Isao Minamihara" à passarela localizada no km 406 + 120 m da Rodovia Cândido Portinari SP - 334 , em Franca.

7 - Projeto de lei nº 205, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dispõe sobre a composição do Conselho Estadual da Juventude.

8 - Projeto de lei nº 206, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a proibição de publicidade de bebidas alcoólicas nos espaços reservados à publicidade no Metrô e CPTM.

9 - Projeto de lei nº 207, de 2017, de autoria do deputado Professor Auriel. Torna obrigatório o fornecimento de rodas e pneus sobressalentes em idênticas dimensões das demais rodas e pneus que equipam os veículos novos, nacionais e importados, comercializados no Estado.

10 - Projeto de lei nº 208, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dá a denominação de "Antonio de Pádua Perosa" ao viaduto localizado no km 408 da Rodovia Washington Luiz - SP 310, em Uchoa.

11 - Projeto de lei nº 209, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Autoriza o Poder Executivo a realizar exame de vista na criança que ingressar no sistema Público de Ensino do Estado.

1 - Projeto de lei nº 194, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social no Estado.

2 - Projeto de lei nº 195, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Encenação da Paixão de Cristo", em Taiapu.

3 - Projeto de lei nº 196, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Itápolis como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 197, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Declara o Município de Sales Oliveira como "Capital da Palha" do Estado.

5 - Projeto de lei nº 198, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, em toda extensão do Rio Pardo.

6 - Moção nº 26, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Aplauda o efetivo do 30º Batalhão da Polícia Militar do Interior (30º BPM/I) de Catanduva pela atuação em prol da manutenção da ordem pública naquele e nos demais Municípios da Região.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 190, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara Tabatinga como "Capital do Bicho de Pelúcia".

2 - Projeto de lei nº 191, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública o "Educandário Lar de Jesus", em Piedade.

3 - Projeto de lei nº 192, de 2017, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Vereador Almir Pedro dos Santos" à Escola Estadual Jardim Paineiras, em Limeira.

4 - Projeto de lei nº 193, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Barrinha como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 183, de 2017, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dá a denominação de "Mario Vellani Filho" à delegacia de polícia de Barra do Turvo.

2 - Projeto de lei nº 184, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre as interferências na visualização das edificações e monumentos tombados pelo patrimônio histórico.

3 - Projeto de lei nº 185, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Veda à administração direta, indireta ou fundacional do Estado, adquirir vacinas que em sua composição contenham alumínio ou qualquer outra substância derivada do alumínio.

4 - Projeto de lei nº 186, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Regulamenta, nos termos do artigo 25, §3º, da Constituição Federal e artigo 17, III, da Lei federal nº 12.587, de 2012, a exploração de atividade econômica privada de transporte individual intermunicipal e metropolitano de passageiros no Estado.

5 - Projeto de lei nº 187, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Semana de Prevenção e Conscientização sobre Fotodermatose.

6 - Projeto de lei nº 188, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Março Verde" - Campanha Estadual de Conscientização sobre a saúde visual.

7 - Projeto de lei nº 189, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatório às concessionárias de serviço público de água, energia elétrica e gás, inserir nas faturas de consumo mensagem de incentivo a doação de sangue.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 199, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Cotia - APRM-AC, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais.

3ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 10, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.211, de 2013, que institui o Plano de Carreiras de Empregos Públicos e Sistema Retribuítorio para os servidores ferroviários

da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1556, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia da Pessoa com Nanismo" no Estado.

2 - Moção nº 132, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para a Senhora Presidente, para o Senhor Ministro da Fazenda e para o Congresso Nacional a fim de que se empenhem a encontrar meios que sejam eficazes na recuperação da Petrobrás, sem que os cidadãos brasileiros sejam ainda mais penalizados.